

Dinheiro tem!

2022 termina com enorme arrocho apesar do comprometimento baixo. É hora de recompor os salários e exigir que o CRUESP reivindique os diversos descontos indevidos da base de cálculo

Salários e Inflação

A tabela 1 ao lado fornece os dados de dezembro/22 de inflação, salário real e reajustes necessários para que voltemos ao poder aquisitivo de 1º de maio de 2012. A sigla SR indica o poder aquisitivo do salário de dezembro/22 (recebido em janeiro/23) em relação ao de 1º de maio de 2012.

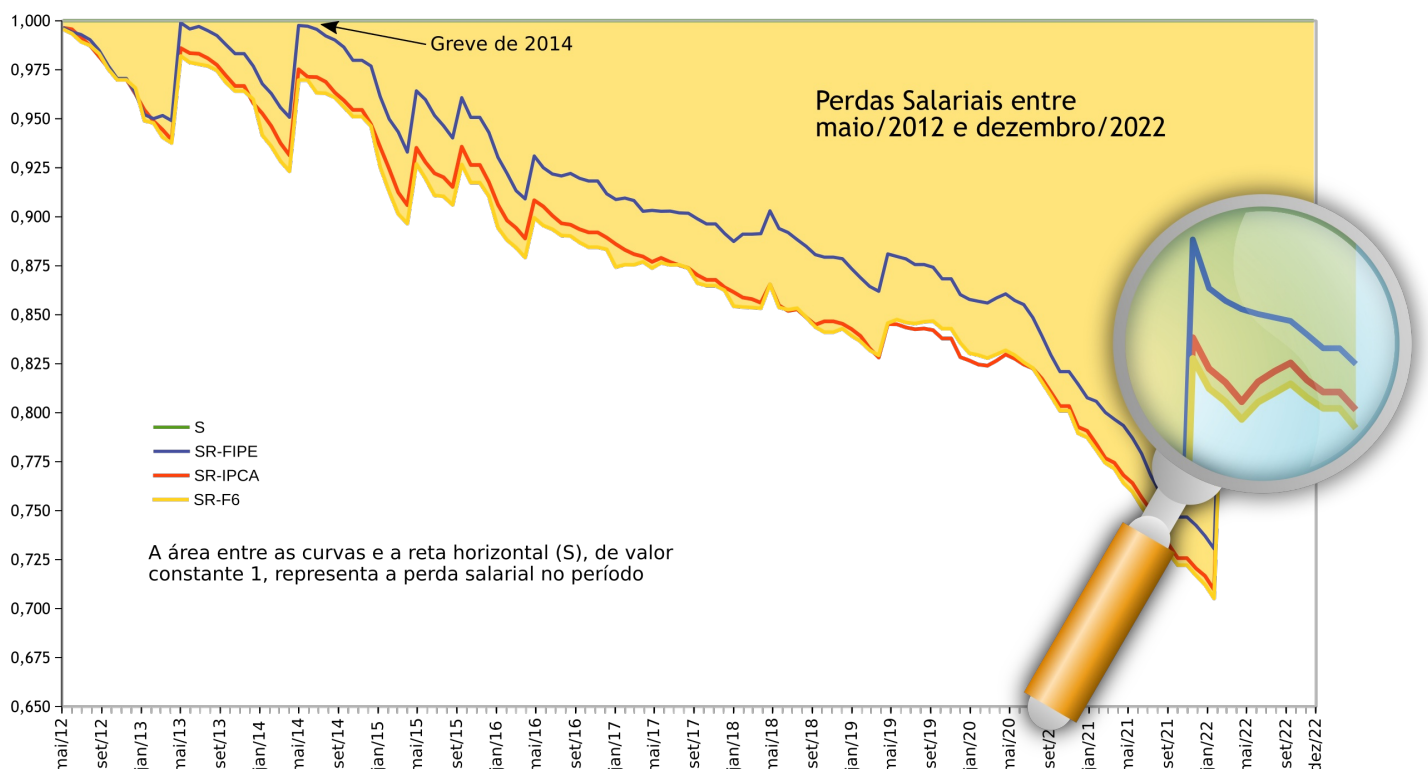
O reajuste de 22,60% na sexta coluna da tabela 1 faz parte das nossas reivindicações de data base, que também incluem mudanças nos interstícios da carreira docente de forma a aumentar os salários em seus níveis iniciais. A última linha da tabela 1 indica o número de salários que deixamos de receber entre 1º de maio de 2012 e dezembro de 2022, com poder aquisitivo igual ao de 1/5/12, isto é, cada um deles 22,60% maior que o atual.

O gráfico abaixo ilustra a nossa perda salarial, atualizando o boletim de dezembro/22 e o gráfico 1 na pág. 15 da cartilha Financiamento das universidades estaduais e data-base 2022.

Tabela 1 - Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/12

	IPCA (dezembro/22)	IPC-FIPE (dezembro/22)	Fórum das Seis* (dezembro/22)
Índice	0,62%	0,54%	0,69%
SR-IPCA	82,09%	83,39%	81,57%
Reajuste	21,82%	19,92%	22,60%
Salários perdidos	17,2	14,0	17,7

* ICV-Dieese até fev/20 e INPC após esta data



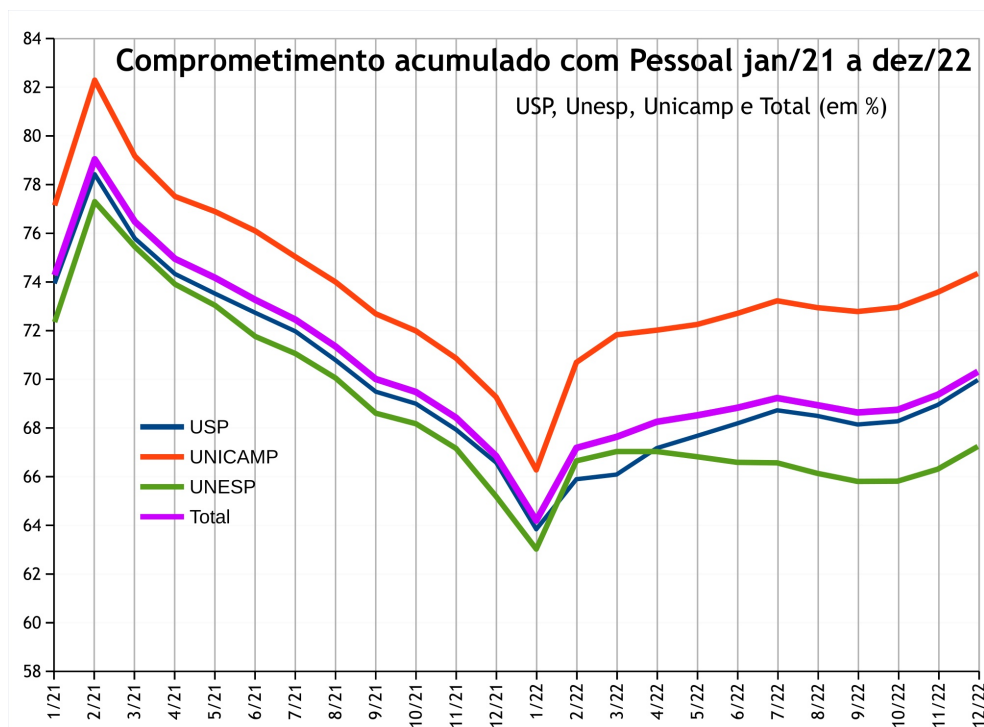
O comprometimento continua entre os mais baixos desde o decreto de autonomia de 1989

A planilha CRUESP de dezembro/22 fornece as informações do comprometimento com folha de pagamento.

Esses comprometimentos com a folha salarial (e reflexos) permanecem entre os mais baixos desde a conquista da autonomia, obtida após a greve das universidades estaduais paulistas em 1988. O gráfico abaixo indica a evolução dos comprometimentos acumulados com salários entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022:

Tabela 2 - Comprometimento acumulado com pessoal, de janeiro a dezembro de 2022

UNESP	UNICAMP	USP	Total
67,23%	74,31%	69,95%	70,29%



Base de Cálculo e os descontos indevidos nos repasses às universidades

A cartilha *Financiamento das universidades estaduais e data base 2022* mostra que o percentual de 9,57% não é aplicado ao total do ICMS-QPE, mas sim a um montante que contém descontos importantes como de programas de Habitação, de partes da dívida ativa, entre outros. Ou seja, as universidades não recebem do governo do Estado o mesmo tratamento dado aos municípios. Por conta disso, passaremos a nos referir ao montante sobre o qual é calculado o repasse de 9,57% para as universidades como Base de Cálculo das Estaduais Paulistas (BCEP), para que fique o registro de que há muito reivindicamos que esses descontos indevidos deixem de ocorrer.

A planilha da Sefaz, atualizada em 16/01/23, fornece as seguintes informações:

1. A BCEP em dezembro/22 foi de R\$ 13.084.074.749, 5,42% menor que a de dezembro/21 (R\$ 13.833.629.326).
2. A BCEP acumulada no ano de 2022 atingiu R\$ 149.816.392.611, 8,28% maior que no ano de 2021 (R\$ 138.359.771.421).
- 3.1. Os valores que são usual e indevidamente omitidos da BCEP atingiram, em dezembro/22, R\$ 248,8 milhões e totalizam R\$ 2.516,56 milhões no ano de 2022; assim, nesse ano, as universidades estaduais deixaram de receber:

$$2.516,56 \times 0,0957 = \text{R\$ } 240,83 \text{ milhões.}$$

3.2. No segundo semestre de 2022, devido à LC 194 e a EC 123 (ambas de 2022), outras quantias significativas foram retiradas da BCEP: ressarcimentos por perda de arrecadação de ICMS devidos à Ação Cível Originária (ACO) 3.950 e a aplicação do inciso V, artigo 5º da EC 123/22. **Registre-se que os municípios estão recebendo a sua parte.** As tabelas a seguir dão conta do que foi indevidamente retirado da BCEP, sem reação ou providência alguma dos reitores.

3.2.1. Perdas calculadas a partir das transferências aos municípios de ICMS em compensação do art. 3º da LC 194 determinada pela ACO 3.950/22, vide tabela 3. Os efeitos iniciaram em agosto/22 e terminam em 31/12/22.

3.2.2. Compensação pelo inciso V, art. 5º da EC123/22 (incentivos fiscais à produtores e distribuidores de etanol), vide tabela 4. Efeitos iniciaram em agosto/22 e terminam em 31/12/22.

Código na planilha Sefaz: 17196101 – Aux. Fin. Outorga Inc V Cre.Trib.ICMS-EC123/22

Entre agosto e dezembro de 2022, foram subtraídos da BCEP

$$2.762.856.000 \text{ (ACO3950)} + 1.438.481.101 \text{ (EC123)} = 4.201.337.101,$$

isto é, R\$ 4,201 bilhões!

Note-se que se somarmos essa quantia à BCEP “considerada” em 2022 obtemos

$$149.816.392.611 + 4.201.337.101 = 154.017.729.712, \text{ isto é, R\$ 154 bilhões.}$$

Tabela 3 - Perdas calculadas a partir das transferências aos municípios de ICMS em compensação do art. 3º da LC 194 determinada pela ACO 3.950/2

mês/22	Parte Municipal	ICMS Total	ICMS-QPE
Agosto	213.625.000	854.500.000	640.875.000
Setembro	201.775.000	807.100.000	605.325.000
Outubro	250.450.000	1.001.800.000	751.350.000
Novembro	250.125.000	1.000.500.000	750.375.000
Dezembro	4.977.000 (*)	19.908.000	14.931.000
Total em 2022	920.952.000	3.683.808.000	2.762.856.000

(*) Comunicado 05 (Sefaz; repasse em 23/12/22):

NOTA: Com a promulgação das partes vetadas da Lei Complementar 194, de 23/06/2022, publicada no DOU de 22/12/2022, os valores referentes à retenção de 20% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) do período de agosto a dezembro de 2022, foram deduzidos nesta parcela e repassados ao Fundo.

Tabela 4 - Compensação pelo inciso V, art. 5º da EC123/22 (incentivos fiscais a produtores e distribuidores de etanol)

Mês/22	ICMS-Total	ICMS-QPE
Agosto	-	-
Setembro	-	-
Outubro (*)	1.150.784.880,48	863.088.660,36
Novembro	383.594.960,16	287.696.220,12
Dezembro	383.594.960,16	287.696.220,12
Total em 2022	1.917.974.800,80	1.438.481.100,60

(*) As parcelas referentes a agosto e setembro foram repassadas somente em outubro.

O Boletim GT VERBAS é uma publicação mensal da Associação dos Docentes da USP elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre financiamento das universidades estaduais paulistas

Composição do GT Verbas

César Minto (FE)

Francisco Miraglia (IME)

Lucília Daruiz Borsari (IME)

Marcelo Zaiat (EESC)

Marcio Moretto Ribeiro (EACH)

Marco Brinati (EP)

Pierluigi Benevieri (IME)

José Luís Pio Romera (STU)

Paulo Cesar Centoducatte (Admicamp)

Esta e outras publicações da Adusp estão disponíveis no site da entidade. Visite-nos em www.adusp.org.br

